

PODER

OAB pede acesso a apurações

Apesar de ter discutido a possibilidade de medidas contra ministros do Supremo, Ordem decidiu não solicitar afastamentos

» RAPHAELA PEIXOTO

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir acesso integral aos autos e o levantamento do sigilo das investigações relacionadas ao escândalo do Banco Master. A solicitação seria protocolada ainda ontem à noite.

A decisão foi adiantada pelo presidente da OAB, Beto Simonetti, após reunião extraordinária do Colégio de Presidentes dos Conselhos Seccionais, na sede da entidade em Brasília. O encontro reuniu dirigentes de todos os estados.

Segundo Simonetti, a iniciativa tem como objetivo esclarecer dúvidas sobre uma possível participação de autoridades da República nas investigações. “Nós esperamos sanar tudo aquilo que a sociedade brasileira tem de dúvidas ainda hoje sobre a participação ou não de autoridade da República perante as investigações”, frisou.

A OAB também criará uma comissão especial para analisar o material. O grupo será formado por presidentes de seccionais, conselheiros federais e juristas, que deverão examinar documentos, mensagens e outros elementos reunidos nas investigações.

Após a análise, a comissão produzirá um relatório que será submetido ao Pleno do Conselho Federal da OAB. O colegiado será responsável por avaliar as conclusões e definir eventuais novas medidas.

Apesar de ter debatido a possibilidade de medidas contra ministros do STF, a Ordem decidiu não solicitar impeachment de magistrados neste momento. “Não será pedido nenhum afastamento, até

Gustavo Moreno/STF.



Simonetti: “Esperamos sanar tudo aquilo que a sociedade tem de dúvidas sobre a participação de autoridades”

porque não existe processo instaurado ainda pelo Supremo Tribunal Federal”, explicou.

Simonetti afirmou ainda não haver elementos suficientes para esse tipo de iniciativa. Segundo ele, qualquer decisão sobre o assunto dependerá do resultado da análise feita pela comissão.

Na mesma reunião, os dirigentes da OAB decidiram reiterar o pedido de arquivamento definitivo do Inquérito das Fake News, que estava sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes e passou, agora, à responsabilidade do presidente do STF, Edson Fachin. A entidade já havia apresentado essa solicitação em fevereiro.

O presidente da OAB também elogiou a celeridade de decisões recentes de Fachin e disse que a entidade pretende manter o diálogo e o respeito institucional com o STF.

Na terça-feira, o Conselho Pleno da Seccional do Distrito Federal da OAB aprovou, por maioria, propostas relacionadas à crise no STF, inclusive com pedido de impeachment de ministros.

A entidade também cobrou apuração sobre suposto envolvimento de autoridades com o fatos investigados, incluindo integrantes do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). As propostas serão encaminhadas ao Conselho Federal da entidade.

» Desconfiança popular

Pesquisa Meio/Ideia, divulgada ontem, mostrou que 51,6% dos eleitores brasileiros acreditam que os ministros do STF decidem mais por interesse próprio do que pela lei. Segundo o levantamento, 23,9% não têm posição sobre o tema: não concordam nem discordam da afirmação. Já 10,9% discordam, e 13,6% não souberam responder.

Cobranças do setor produtivo

» PEDRO JOSÉ BORGES

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) pediu responsabilidade, transparência e equilíbrio das autoridades públicas diante das crises recentes em Brasília. A manifestação foi divulgada ontem e assinada pelo presidente da entidade, Ricardo Alban.

Segundo a CNI, o país atravessa um momento de atenção em relação às instituições e à estabilidade democrática. A entidade afirma que os acontecimentos recentes exigem uma atuação institucional baseada na prudência e no interesse nacional. “A República enfrenta um teste de integridade inédito. As sucessivas crises que ocorrem em Brasília colocam as instituições em risco”, diz a nota.

A entidade também defendeu que a Justiça atue de forma imparcial e equilibrada na condução das questões relacionadas ao cenário atual. Para a CNI, os debates sobre as medidas a serem adotadas devem ocorrer de forma pública e transparente, com espaço para esclarecimentos.

“Não podemos deixar que questões políticas, eleitorais ou crises institucionais travem o desenvolvimento. Não podemos, mais uma vez, perder as oportunidades de crescimento no cenário internacional”, frisa o documento.

A CNI declarou, ainda, que a confiança da população nos poderes públicos depende da forma

como as instituições conduzem as crises. Segundo a entidade, a preservação da convivência social exige atuação da Justiça e transparência nos processos decisórios.

Além da manifestação da CNI, outras entidades empresariais divulgaram um manifesto sobre a crise institucional. O documento defende uma resposta do Supremo Tribunal Federal (STF) e pede transparência, imparcialidade e decisões fundamentadas por parte da Corte.

Segundo o manifesto, o STF está no centro do conflito e exerce, conforme previsto na Constituição, a função de guardião da Carta Magna. As entidades afirmam que a autoridade do tribunal depende da legitimidade conferida por imparcialidade, transparência e atuação dos ministros.

O documento também aponta que questionamentos sobre a legitimidade da Corte podem afetar a segurança jurídica, a confiança nas instituições e a paz social. “O Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição, mas guardião algum está dispensado de prestar contas”, enfatiza o texto.

As entidades pedem que o plenário do STF examine os fatos em sessão pública e tome decisões sobre o caso. O manifesto defende que a análise seja feita “com absoluta urgência”, sem subterfúgios ou corporativismo. “Cada dia é um dia a mais de descrédito”, ressalta o documento.

O manifesto é assinado pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Confederação Nacional do Comércio (CNC), CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entre outras.

Ministros com tribunal próprio

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A crise no Supremo Tribunal Federal (STF) mobilizou, desde a semana passada, políticos, candidatos e sociedade civil e dividiu o Judiciário. Para o CEO da Dharma Political Risk and Strategy e professor da Dom Cabral, Creomar de Souza, os ministros transformaram a Corte em seus próprios tribunais, por meio de decisões monocráticas.

“Analisando a lógica de tomada de decisão e o relacionamento político, observa-se que as estruturas e as decisões monocráticas transformam cada ministro em um tribunal próprio”, afirmou, em entrevista às jornalistas Denise Rothenburg e Sibele Negromonte, no *CB.Poder* — programa do *Correio* em parceria com a TV Brasília.

No último dia 1º, o ministro André Mendonça, do STF, retirou o sigilo de um inquérito que mostrou várias mensagens do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, para o ministro Alexandre de Moraes. Uma delas, dias antes da prisão do banqueiro, em novembro do ano passado.

Como retaliação, dois dias depois, Moraes acusou Mendonça de improbidade administrativa, crimes de responsabilidade e abuso de autoridade no contexto do Inquérito das Fake News.

Segundo Souza, esse momento revela uma divisão interna no Supremo. “De um lado, um grupo liderado por Gilmar Mendes, com Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Cristiano Zanin; de outro, um grupo que se forma em torno de André Mendonça, com Nunes Marques, Luiz Fux. E o presidente Edson Fachin em posição delicada, além da ministra Cármen Lúcia buscando manter independência em um horizonte com risco de empates continuados pela falta do preenchimento de uma cadeira”, lembrou.

Além disso, de acordo com Souza, a situação terá influência direta na decisão do eleitor neste pleito. A menos de um mês para o primeiro turno, o CEO entende que os brasileiros passam a duvidar da legitimidade da Suprema Corte, já que o governo Lula 3 se apoiou no STF “em momentos difíceis”.

“Em uma dinâmica de ‘presidencialismo jurisdicional’, na qual

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Souza: política interna do STF é variável de risco para a República

Executivo e Judiciário atuaram juntos para manter a estabilidade, o governo recebe uma notícia ruim a cerca de 20 dias da eleição. A narrativa eleitoral de Lula não estava preparada para esse tema, estando focada em assuntos como soberania, esforço econômico, jornada 6x1 e o programa Desenrola”, argumentou.

Degradação

Souza destacou que, além do escândalo do Banco Master, envolvendo Moraes e o ministro Dias Toffoli, o STF está responsável por casos essenciais para o país, como as investigações das fraudes no INSS. “Esse conjunto de acontecimentos tem como efeito flagrante a degradação da reputação do STF e da confiança da população: há uma perda de confiança por parte daqueles que achavam que o tribunal agiu corretamente na administração Bolsonaro, e um reforço na opinião daqueles que achavam que o STF agia de forma errada”, comentou.

Para ele, o Supremo, que deveria ser um poder mais coeso por estar blindado das pressões eleitorais tradicionais, pode ser um “risco” para a estabilidade do país. “A política interna do STF desponta como importante variável de risco para a estabilidade da República e para o processo eleitoral, sem uma saída

que atenda plenamente a todos os envolvidos”, analisou.

Na avaliação do especialistas, a crise no STF tem um componente de subcrise, ou seja, há um espaço de embate protagonizado pelos próprios ministros. “A primeira camada é do ministro André Mendonça contra o ministro Alexandre de Moraes, mas com algumas outras camadas subjacentes, como a entrada do ministro Flávio Dino hoje (ontem) no jogo, recolocando o diretor-geral da Polícia Federal e reconduzindo o diretor de inteligência ao seu cargo.”

Ao ser questionado sobre o afastamento de Moraes do STF, Souza defendeu que os dois ministros sejam retirados de pautas de impacto eleitoral. “O grupo de apoio a Alexandre de Moraes dificilmente aceitaria seu afastamento sem a contrapartida de afastamento ou retirada da relatoria de André Mendonça. Em um mundo ideal, não haveria o Inquérito das Fake News, Mendonça não seria relator do caso INSS/Banco Master, e ambos se declarariam impedidos sobre temas com impacto eleitoral; contudo, esse cenário ideal não condiz com a realidade de 2026”, frisou.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa



WINDSOR HOTEIS

HÁ 40 ANOS NOS MELHORES CENÁRIOS DO BRASIL

Há 40 anos, a Rede Windsor integra a história do turismo brasileiro.

Com 17 hotéis no Rio de Janeiro e em Brasília, destaca-se pela excelência em hospedagem, gastronomia e eventos.

A Rede Windsor reúne tradição, solidez e cuidado em cada experiência, proporcionando momentos memoráveis para hóspedes, clientes e parceiros.



Windsor Hotels

Tradição e excelência em cada detalhe

windsorhoteis.com
(21)2195-7800